

**Centro de Competências na Luta Contra a
Desertificação**

COMPROMISSO para a INVESTIGACÃO e INOVAÇÃO

ÍNDICE

1 - INTRODUÇÃO.....	3
2 - MISSÃO E OBJETIVOS DO CENTRO DE COMPETÊNCIAS	5
3 - LINHAS DE INVESTIGAÇÃO, INOVAÇÃO E DIVULGAÇÃO	7
3.1 LINHAS PRIORITÁRIAS TRANSVERSAIS	7
3.2 LINHAS PRIORITÁRIAS TEMÁTICAS	9
4 – ARTICULAÇÃO COM OUTROS PROGRAMAS E INSTRUMENTOS.....	15
5 - ANÁLISE DE IMPACTOS	16
6 - MEMBROS DO CCDesert	18

1- INTRODUÇÃO

A desertificação é, por definição, um processo evolutivo de degradação do solo que deriva, numa primeira linha, de um conjunto de diversos fatores ligados às características edafoclimáticas locais e às atividades antrópicas e que se verificam, em particular, nas zonas áridas e semiáridas ou sub-húmidas¹. A desertificação significa uma redução ou perda da produtividade biológica e económica das terras agrícolas, das pastagens naturais e semeadas, das florestas ou das áreas com arvoredo disperso. Contudo, a desertificação não é apenas um fenómeno biofísico, estando igualmente associada a atividades e formas de ocupação do território que potenciam a erosão do solo, a deterioração das suas propriedades, a destruição da vegetação e a diminuição em qualidade e quantidade dos recursos hídricos. Por outro lado, as alterações climáticas têm vindo a aumentar a suscetibilidade dos territórios e a vulnerabilidade das populações à desertificação em toda a região do Mediterrâneo contribuindo, assim, para o agravamento de conflitos económicos e sociopolíticos, bem patente no fenómeno das migrações.

Em Portugal, em particular no Interior e no Sul, o problema da desertificação tem vindo a agravar-se como resultado de uma sucessão de anos secos e ocorrência de precipitações intensas de curta duração, fenómenos estes potenciados pela fragilidade dos solos e ecossistemas associados e pelo despovoamento.

Portugal aderiu à *Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Seca Grave e/ou Desertificação*, designada simplificada por “Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação” (CNUCD) em 1994. Em 1999 Portugal aprovou o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD) e estabeleceu a criação do Observatório Nacional da Desertificação (OND), para funcionar como órgão de

¹ Conforme definido na *Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (CNUCD)*, aprovada em 17 de junho de 1994

apoio à Comissão Nacional de Coordenação (CNCCD) do PANCD, com funções de acompanhamento e avaliação da aplicação das medidas e dos instrumentos de política, bem como procederia à monitorização do impacto das ações, sobre o ambiente, os recursos naturais e o território.

O Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD) foi lançado em 1999 tendo sido revisto e atualizado em 2014 e, desde a sua apresentação, considerou-se que a monitorização seria indispensável para o seu desempenho com eficácia, permitindo contribuir para ultrapassar dificuldades e constrangimentos que fossem identificados e, além disso, para potenciar oportunidades, para o avanço do conhecimento e promover mecanismos de combate, mitigação ou reversão. Neste contexto a partilha e articulação de saberes, congregando agentes de investigação, divulgação e transferência de conhecimento, com agentes económicos e organismos da administração pública relevantes, tem como objetivo potenciar a cooperação e contribuir para promover o desenvolvimento e sustentabilidade do mundo rural e o combate à Desertificação pela via do reforço da investigação, da promoção da inovação e da transferência e divulgação do conhecimento.

Neste sentido, e concretizando a estratégia do Ministério da Agricultura para a Investigação e Inovação Agroalimentar e Florestal 2014-2020, que inclui a reorganização dos laboratórios e estações experimentais do Ministério, em articulação com as várias entidades, mobilizando os agentes em torno de objetivos comuns, entre outros, em Centros de Competências, numa estratégia alinhada com o programa Portugal 2020, foi criado e homologado, a 19 de julho de 2018, o Protocolo de Constituição do Centro de Competências na Luta contra a Desertificação (CCDesert), de âmbito nacional, e cuja natureza reside na constituição de um *forum* integrador e de partilha, em rede, que promova a colaboração a nível nacional e internacional, a difusão do conhecimento, bem como dos casos e medidas de sucesso no combate à desertificação.

2- MISSÃO E OBJETIVOS DO CENTRO DE COMPETÊNCIAS

O CCDesert tem como missão promover o desenvolvimento e a sustentabilidade do combate à desertificação pela via do reforço da investigação, formação, capacitação, promoção da inovação, transferência e divulgação do conhecimento, procurando atuar a diferentes escalas espaciais (local, municipal, regional e nacional) e, temporais, através do estabelecimento de “agendas” a curto, médio e longo prazo

Neste sentido, são objetivos do Centro de Competências na Luta Contra a Desertificação:

OBJETIVOS GERAIS:

1. Apoiar e acompanhar estudos e projetos de investigação científica nacionais e internacionais relacionados com o combate à desertificação;
2. Promover a formação, capacitação, divulgação e transferência de conhecimento na área do combate à desertificação;
3. Promover a publicação digital de estudos, relatórios e resultados de projetos de investigação científica, na área do combate à desertificação;

OBJETIVOS ESPECIFICOS:

1. Promover estratégias integradas sobre a desertificação;
2. Apoiar a criação de uma economia resiliente;
3. Reforçar a conservação e proteção do solo, água e ambiente;
4. Promover o envolvimento da sociedade civil na sua missão.



Os objetivos apresentados, só serão exequíveis se houver uma efetiva colaboração entre as entidades que se constituíram como membros deste Centro de Competência, de que resulte a obtenção de resultados aplicáveis e que contribuam na realidade para a reversão do fenómeno da desertificação, tornando-se as áreas afetadas atrativas e locais de inovação no mundo rural.

3- LINHAS DE INVESTIGAÇÃO, INOVAÇÃO E DIVULGAÇÃO

A definição deste Compromisso para a Investigação e Inovação é um processo participativo de construção de prioridades, acomodando e conciliando uma grande diversidade disciplinar e de interesses científicos, técnicos e de desenvolvimento.

No caso concreto, assume-se que existe um conjunto de prioridades que são transversais a todo o tipo de temáticas, e que devem prosseguir os objetivos gerais definidos para o CCDesert [ponto 1 do art.º 3.º do Regulamento Interno (RI) do CCDesert]. A par destas, existem linhas de ação que se relacionam com temas específicos do combate à desertificação, que se cruzam com as anteriores, e que iremos referir como prioridades temáticas, associadas aos objetivos específicos do CCDesert (ponto 2 do art.º 3.º do RI). Teremos assim uma matriz de prioridades transversais e temáticas.

Definidas estas linhas prioritárias, procedeu-se à análise da matriz, para uma segunda seleção dos principais tópicos que constituem a Agenda de Investigação e Inovação para o Combate à Desertificação, no médio e longo prazo.

Definidas as orientações estratégicas no médio e longo prazo, são selecionadas as atividades prioritárias para a programação dos planos quadrienais, de cada mandato dos Órgãos Sociais do CCDesert (art.º 14.º do RI). Esta agenda será o suporte à elaborar os Planos de Atividades Anuais a serem submetidos à aprovação em Assembleia Geral (art.ºs 9º e 11º do RI).

3.1 LINHAS PRIORITÁRIAS TRANSVERSAIS

Tendo em consideração os objetivos do CCDesert, propõe-se desenvolver um plano de ação estruturado nos seguintes pontos:

A. Apoiar e acompanhar projetos de investigação, inovação e de demonstração nas parcelas da “rede nacional de ensaios”, com um foco nas seguintes questões:

- Estudo dos impactos da desertificação nos sistemas agrícolas de sequeiro e de regadio, nas zonas mais suscetíveis à desertificação;
- Avaliação das técnicas culturais tradicionais e técnicas culturais inovadoras, nas parcelas estudadas no ponto anterior, no tocante aos seus efeitos sobre o solo, a água e o consumo de energia;

- Identificação de novas práticas, sistemas e estratégias de mitigação dos efeitos da desertificação.

[todas estas atividades devem ser realizadas na “rede nacional de ensaios”; focadas nas questões do solo (central), água e energia; avaliando as técnicas culturas tradicionais, as novas técnicas culturas e possíveis técnicas culturais a serem introduzidas].

Apoiar e acompanhar projetos de investigação, inovação e demonstração, à escala territorial, focando-se nas seguintes questões:

- Análise dos efeitos da desertificação e das possíveis ações de adaptação e mitigação, relacionadas com os principais tipos de uso do solo: agricultura de sequeiro, agricultura de regadio, pecuária, pastagens e forragens, floresta e espaços silvestres;
- Análise dos efeitos e elaboração de recomendações sobre a aplicação da Política Agrícola Comum, tendo como pano de fundo a questão da “desertificação”, mas tendo em consideração os efeitos sobre os vários objetivos da PAC e a viabilidade da sua aplicação.

Ensaio e demonstração em explorações agrícolas, da viabilidade de:

- Técnicas culturais inovadoras;
- Formas de reconversão de usos do solo.
- Técnicas de melhoramento do solo

B. Promover a formação, capacitação, divulgação e transferência de conhecimento, através de:

- Realização de cursos de formação de curta duração (uma semana), realizados semestralmente ou anualmente, com uma componente no campo, lecionado de forma interativa e com forte participação dos formandos que deverão apresentar aquando da sua candidatura questões práticas que gostariam de ver abordadas e uma carta de motivação.
- Realização de uma conferência anual sobre desertificação, em parceria com a Comissão Nacional de Coordenação do Combate à Desertificação (CNCCD);
- Realização de seminários regionais ou *workshops* temáticos, em função das solicitações e necessidade que emergem durante a aplicação do plano de ação, e que deverá também estar coordenado com o CNCCD e os pontos focais regionais;

- Realização de oficinas locais, nas parcelas da “rede nacional de ensaios”, e parcelas privadas que tenham aderido ao programa de ação, de forma a discutir e divulgar os resultados obtidos nos ensaios realizados nestas parcelas.
- Fomento da formação de técnicos do CCDesert em instituições de referência nacionais ou estrangeiras.

C. Promover a publicação digital de estudos, relatórios e resultados de projetos de investigação científica, na área do combate à desertificação, em articulação com o Observatório Nacional de Desertificação (OND), tendo em consideração:

- Diferentes públicos alvo, em função da capacidade de aprendizagem das matérias em questões e da provável aplicação da informação fornecida: técnicos e empresários agrícolas; pequenos agricultores familiares; público em geral;
- Diferentes temáticas, desde a questão geral da “desertificação”, até possíveis matérias muito específicas, como são os indicadores de monitorização e avaliação do grau de evolução do fenómeno da desertificação.

3.2 LINHAS PRIORITÁRIAS TEMÁTICAS

As linhas temáticas, ou orientações verticais, foram aprovadas em reunião de direção do CCDesert, e contemplam seis temas, que podemos agregar em: o recurso solo, o clima e a biodiversidade (temas biofísicos); os sistemas de produção agrícolas, florestais e agroflorestais (as atividades do setor primário, fortemente relacionadas com do fenómeno da desertificação); dinâmicas demográficas e socioeconómicas em zonas rurais de menor densidade populacional (o desenvolvimento humano que é o objetivo final de toda a intervenção).

A. O recurso solo, o clima e a biodiversidade

A1. Alterações climáticas e desertificação

Consideram-se os seguintes objetivos:

- Reunir um acervo de informação específica (bibliográfica, cartográfica, dados) no âmbito linha temática;
- Consolidar metodologias de avaliação e predição de índices de seca e sua relação com a distribuição espacial dos usos da terra;

- Consolidar metodologias de cenarização de mudança (clima, uso da terra) e seus efeitos nos indicadores de seca.

Para a prossecução dos objetivos, identificam-se as seguintes ações:

- Instalação de estações meteorológicas (custo reduzido) de forma a uma melhor monitorização e uso da informação pelos agricultores;
- Desenvolvimento de um sistema meteorológico, que integre as estações a instalar, bem como as existentes, no sentido de apoiar os agricultores;
- Avaliação de desempenho de indicadores climáticos de seca / desertificação e sua ligação às mudanças no uso da terra;
- Análise de séries temporais dos indicadores climáticos e sua aplicação na avaliação do processo de desertificação nas áreas mais suscetíveis a este fenómeno
- Definição de cenários de mudança e avaliação dos seus impactos sobre os indicadores.

A2. Qualidade e proteção do solo

Consideram-se os seguintes objetivos:

- Consolidar metodologias de avaliação de indicadores de suscetibilidade à desertificação baseados no solo, a várias escalas;
- Consolidar metodologias de avaliação de indicadores de qualidade do solo, associados a usos da terra;
- Estabelecer protocolos orientadores da aplicação de medidas de proteção do solo, afinados à escala local;
- Desenvolver e testar técnicas e práticas inovadoras de proteção do solo e incremento da qualidade solo;
- Desenvolver indicadores de sustentabilidade de agroecossistemas baseados no solo, designadamente associados ao ciclo do carbono.

Para a prossecução dos objetivos, identificam-se as seguintes ações:

- Avaliação do desempenho de índices de suscetibilidade à desertificação a diferentes escalas espaciais (em áreas piloto, município, região);
- Avaliação do desempenho de indicadores de qualidade do solo, baseados em propriedades do solo e produtividade das terras (escala municipal piloto);
- Avaliação dos ciclos do carbono e do azoto em agroecossistemas em gradientes de aridez;
- Caracterização espacial e temporal de estados da superfície do terreno e sua relação com a erosividade das precipitações (abordagens descritiva e preditiva);

- Avaliação de desempenho de medidas de gestão e conservação do solo e da água: afinação por agrossistema e área geográfica.

A3. Biodiversidade e sustentabilidade dos agroecossistemas:

Consideram-se os seguintes objetivos:

- Consolidar métodos de avaliação dos efeitos das alterações climáticas e desertificação na diversidade específica.
- Consolidar metodologias de avaliação de indicadores de biodiversidade a várias escalas;
- Demonstrar o valor dos serviços dos ecossistemas no aumento da resiliência ambiental e nas atividades económicas.
- Otimizar o conhecimento já obtido com projetos de restauro ecológico e reabilitação, em áreas afetadas pela desertificação.

Para a prossecução dos objetivos, identificam-se as seguintes ações:

- Reunir um acervo de informação específica sobre biodiversidade, já existente, nas áreas suscetíveis à desertificação
- Promover práticas de monitorização com base em estações terrestres e aquáticas de longo prazo;
- Promover o conceito de biodiversidade funcional, relacionado com as potencialidades naturais endógenas e aplicável a diferentes escalas
- Realizar ações de sensibilização para a necessidade de existência de infraestruturas ecológicas, que aumentem e contribuam para a biodiversidade funcional.
- Retomar as ações de educação ambiental que de uma forma sistémica, demonstrem o papel da biodiversidade na identidade das paisagens

B. Os sistemas de produção agrícolas, florestais e agroflorestais

A desertificação, agravada pelos efeitos das alterações climáticas, têm impactos sobre a atividade económica agricultura, pecuária, silvicultura e caça, que importa minimizar. Por sua vez, estas atividades territoriais podem acelerar, retardar ou inverter os efeitos sobre o recurso solo. Devido a estas relações causais, é crucial abordar os sistemas produtivos na sua relação com o fenómeno desertificação.

Neste processo, não podemos deixar de salientar a questão da viabilidade económica das atividades produtivas em contexto de desertificação. A estratégia do CCDesert deve ter em consideração os fatores sobre os quais assenta a eficiência produtiva, abordando questões

relacionadas com a aptidão das terras e a fertilização dos solos, práticas culturais e estudos da cadeia de valor de produções mais adequadas ao contexto destes territórios mais fragilizados pelo risco de desertificação e baixa densidade populacional.

B1. Agro silvo pastorícia e outros sistemas extensivos

Consideram-se os seguintes objetivos:

- Promover a sustentabilidade dos agroecossistemas mais frágeis, como é o caso dos montados de sobre e de azinho;
- Assegurar a sustentabilidade técnico-económica das explorações agrícolas, promovendo as práticas de conservação e recuperação do solo.

Para a prossecução dos objetivos, identificam-se as seguintes ações:

- Promover o pastoreio e a silvo pastorícia integrado em sistemas agrícola, florestais ou agroflorestais, tais como o montado de sobre e azinho, pois permite o aproveitamento económico de terras marginais (menor aptidão agrícola) e, por outro lado, reduz a carga de combustível vegetal (redução o risco de incêndios rurais, com graves consequências para a degradação dos solos, devido à perda de matéria orgânica no solo e ao aumento do risco erosão do solo);
- Promover a criação de valor através da diversificação cultural, em especial os pomares tradicionais de sequeiro, analisando para cada sistema a cadeia de valor do ponto de vista económico, social e ambiental;
- Promover as melhores práticas culturais, no sentido de diminuir a erosão, aumentar o teor de matéria orgânica, aumentar a capacidade de retenção de água;
- Avaliar estratégias e cenários de incentivos monetários e não-monetários para estimular medidas ambientais de proteção contra a desertificação, em sistemas extensivos cuja rendibilidade por superfície é geralmente muito baixa e que têm um forte contributo na produção de serviços do ecossistema;
- Inventariar, disseminar e implementar casos práticos de demonstração de reabilitação com técnicas diversas (p.e. modelação de solos, proteção vegetal) e de outras práticas de conservação.

B2. Regadio e sistemas intensivos

Consideram-se os seguintes objetivos:

- Promover um uso eficiente dos recursos água, solo e energia, reduzindo os impactes sobre os recursos naturais, contribuindo para o aumento da produtividade da água na agricultura, entendida de modo integrado;
- Assegurar a sustentabilidade técnico-económica das explorações agrícolas, promovendo um conjunto de práticas agronómicas e de gestão, que tenham reflexos na conservação e recuperação do solo, manutenção dos valores naturais e rentabilidade das explorações agrícolas.

Para a prossecução dos objetivos, identificam-se as seguintes ações:

- Pesquisa bibliográfica, síntese e avaliação dos efeitos e impactes das alterações climáticas sobre as culturas de regadio;
- Estudo de estratégias de mitigação e adaptação às alterações climáticas, nas culturas de regadio, num contexto de elevada suscetibilidade à desertificação;
- Identificação de práticas agrícolas de conservação, identificando possíveis condicionantes da sua adoção pelos produtores agrícolas, e feitos esperados sobre o fenómeno da desertificação;
- Estudo da implementação das práticas identificadas nas explorações agrícolas, no curto, médio e longo prazo, numa perspetiva económica, ambiental e social (análise custo-benefício ou análise multiobjectivos).

C. Dinâmicas demográficas e socioeconómicas em zonas rurais de menor densidade populacional

Consideram-se os seguintes objetivos:

- Identificar as principais dinâmicas demográficas e socioeconómicas em zonas rurais com maior suscetibilidade à desertificação e menor densidade demográfica;
- Identificar e partilhar, constrangimentos, potencialidades e vias de promoção do desenvolvimento económico e social nestes territórios.

Para a prossecução dos objetivos, identificam-se as seguintes ações:

- Identificação dos constrangimentos e potencialidades dos territórios rurais com maior risco de desertificação e menor densidade populacional;

- Comparação internacional sobre políticas de instalação de jovens agricultores, de jovens empresários noutras atividades económicas, e residentes em geral (incluindo trabalhadores migrantes), nos territórios rurais referidos no ponto anterior.
- Promoção da informação sobre o fenómeno da desertificação, aconselhamento técnico, partilha e difusão do conhecimento (técnico, científico e tradicional), e acompanhamento de jovens empresários rurais, incluindo a instalação de agricultores (jovens ou mais idosos provenientes de outros locais e ramos de atividade económica);
- Identificação de formas de desenvolvimento locais, em territórios com elevada suscetibilidade à desertificação e baixa densidade demográfica, procurando valorizar os recursos endógenos, a genuinidade e identidade local, assim como a procura de inovações sociais que promovam o capital social e a densidade das relações económicas locais e com os consumidores urbanos.

4 – ARTICULAÇÃO COM OUTROS PROGRAMAS E INSTRUMENTOS

A Agenda de investigação e inovação para o Centro de Competências para o Combate à Desertificação (Agenda I&I CCDesert), deve estar articulado com:

- O **Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação** (PANCD), que é o instrumento estruturante para a definição e implementação das medidas de combate à desertificação, e que constitui uma obrigação de Portugal como signatário da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Seca Grave e ou Desertificação (CNUCD);
- O **Observatório Nacional da Desertificação** (OND), que tem como principal objetivo apoiar a CNCCD no acompanhamento, monitorização e avaliação da concretização do PANCD;
- O **Programa de Valorização do Interior** (PVU), que propõe uma agenda para aqueles territórios mais desfavorecidos, enfrentando os problemas demográficos, apostando na inovação e diversificação da base económica (aproveitando a valorização dos recursos endógenos e as dinâmicas locais, e investe no capital territorial, na cooperação transfronteiriça, na relação rural-urbano e na acessibilidade digital, aumentando a atratividade territorial e assentando em abordagens em rede.
- O **Programa de Desenvolvimento Rural** (PDR2020), e outros fundos complementares como o PO SEUR e o DLBC, que podem apoiar o financiamento das atividades do CCDesert. Salienta-se que o combate à desertificação está identificado como uma das necessidades no PDR2020, referindo-se o papel da manutenção de atividade agrícola em zona desfavorecida na proteção dos recursos e fixação de populações, assim como a importância da descontinuidade vegetal como uma barreira efetiva à propagação dos incêndios rurais.
- Os **Centros de Competências**, sobretudo das temáticas relacionadas com o fenómeno da desertificação, procurando coordenar esforços e atividades, de forma a aproveitar sinergias, aumentar a eficiência no uso dos recursos humanos, materiais e financeiros, e obter uma maior eficácia nas ações.
- A **Rede Rural Nacional** (RRN), como plataforma de divulgação e partilha de informação, de experiência e de conhecimento, com o objetivo de melhorar a aplicação dos programas e medidas de política de desenvolvimento rural e a qualificação da intervenção dos agentes implicados no desenvolvimento rural.

5- ANÁLISE DE IMPACTOS

O modelo de avaliação estará ligado aos objetivos definidos e às ações que estão contempladas nos documentos orientadores da ação do CCDesert. Não se pretende ter um modelo meramente quantitativo mas sim um sistema de indicadores que permita avaliar os trabalhos que estão a ser desenvolvidos num conceito de melhoria contínua, orientada para uma análise de resultados e numa perspetiva de intervenção territorial a nível regional e nacional. O modelo de avaliação deve mesmo assegurar uma perspetiva estratégica em relação às questões da desertificação - através da integração de considerações biofísicas, económicas, sociais e políticas relevantes - num quadro de sustentabilidade.

Em complemento, uma vez que as ações serão dinâmicas na sua execução, a natureza, tipo e abordagem de avaliação preconizada será em função do estado de avanço e perspetivas de evolução da intervenção e respetivo contexto. Deste modo, será fundamental descrever de forma clara o ponto de situação da intervenção, o caminho percorrido, as principais alterações face à programação inicial e os resultados que visa atingir, evitando desencontros entre a avaliação proposta e o estado efetivo de maturidade das ações. Por isso, na verdade, a melhor perspetiva será implementar uma avaliação *ex-ante* por forma a possuir-se uma estimativa de eficiência e de impacto do desenho de cada ação considerada. É o que se apresenta adiante. Por outro lado, a avaliação não é independente dos indicadores escolhidos. Em consequência, o sistema de informação do CCDesert deve, ele próprio, ser o melhor garante da avaliação ao produzir indicadores apoiados no modelo do tipo Pressão-Estado-Resposta retirado das várias ações, dos quais farão parte intrínseca.

Nesta base, os principais aspetos da metodologia de avaliação de impacto a aplicar às ações a desenvolver pelo CCDesert serão os seguintes:

PERTINÊNCIA - A análise da pertinência examina se os objetivos e resultados esperados são adequados, relevantes e consistentes com as prioridades definidas ou com as necessidades dos potenciais beneficiários. Em última instância, a análise determina se os objetivos continuam válidos ou devem ser reformulados.

EFICÁCIA - A dimensão da eficácia toma como base os objetivos do projeto, procura identificar os resultados e avaliar a dimensão/alcance e qualidade dos impactos das ações sobre o meio

no qual o projeto pretendia intervir. Este aspeto associará os objetivos aos indicadores Pressão-Estado-Resposta.

EFICIÊNCIA - A análise da eficiência refere-se à avaliação de como os recursos são utilizados, podendo-se apontar duas dimensões da avaliação de eficiência. O primeiro refere-se à avaliação do processo de implementação do projeto propriamente dito e, neste caso, avaliam-se os processos pelos quais os inputs foram transformados em resultados (outputs). Uma outra dimensão da análise de eficiência refere-se à avaliação da “produtividade” das intervenções realizadas. Neste caso, o enfoque é a análise dos resultados obtidos em relação com os recursos utilizados durante determinado período.

SUSTENTABILIDADE - A análise da sustentabilidade funcional refere-se a duas dimensões que precisam ser consideradas pelo processo de avaliação. A primeira diz respeito aos próprios resultados e, portanto, à necessidade de verificar em que medida os resultados se sustentam após a sua conclusão, ou uma vez retirados os recursos externos. A segunda trata da apreensão pelos *stakeholders*, ou seja, em que medida a experiência foi internalizada pelos parceiros e em que medida estes se capacitaram para continuar a desenvolver o projeto sem apoio externo.

Finalmente, a avaliação deve incluir uma perspetiva sobre os fatores críticos de decisão associados à ação, reforçando-se a estratégia de comunicação e envolvimento assim como a integração e convergência entre as múltiplas ações do CCDesert. Por último, note-se que a avaliação deverá ter uma periodicidade bienal e deverá ser produzido um relatório público sobre a mesma.

A instalação do CCDesert em Alcoutim segundo o modelo a implementar, a metodologia PESTEL², desencadeia um conjunto de efeitos diretos, indiretos e induzidos de alcance local, regional e nacional nos 6 vetores:

Político – Um maior conhecimento sobre a desertificação nas suas diversas dimensões – biofísica, económica, social e ambiental – e a sua monitorização e quantificação nos territórios afetados por este fenómeno vão fornecer um suporte esclarecido ao desenho das medidas de

² Cujá sigla corresponde, em inglês, aos fatores P de Political, E de Economic, S de Social, T de Technological, E de Environmental e L de Legal.

combate e mitigação da desertificação, quer a nível nacional quer ao nível local. Simultaneamente, a ação do CCDesert virá dar visibilidade ao problema, criando uma maior sensibilidade da opinião pública e dos poderes políticos e reforçando a priorização das intervenções neste campo.

Económico – A identificação, estudo, desenvolvimento e demonstração de soluções de combate e mitigação da desertificação vão permitir a implementação dessas soluções com efeitos diretos, indiretos e induzidos na economia das regiões afetadas pela desertificação, com a recuperação do seu potencial produtivo (uso do solo e água) e aumento da produtividade (culturas adaptadas e melhores práticas agrícolas). Estes efeitos vão induzir o desenvolvimento da economia regional e a criação de riqueza a nível nacional.

Social – A dinamização da economia das regiões beneficiadas pela ação do CCDesert terá como consequência a criação de emprego nessas regiões, contrariando a tendência demográfica registada nos últimos anos. Essas regiões tornar-se-ão mais atrativas, em particular para os jovens e técnicos qualificados que passarão a encontrar aí oportunidades de emprego diversificados (agricultura, turismo de natureza, etc.).

Tecnológico – Ao nível tecnológico são de esperar mudanças sensíveis nas regiões beneficiadas, com a introdução de novas práticas originadas pelas atividades de I&D desenvolvidas no CCDesert ou pela transferência de tecnologia e conhecimento promovida pelo Centro.

Ambiental – A melhor compreensão do impacto ambiental das práticas atuais, bem como a avaliação de impacto de práticas futuras, serão uma preocupação do CCDesert, o que terá um impacto ambiental muito positivo ao nível das regiões direta ou indiretamente abrangidas pela sua ação.

Legal – As ações do CCDesert irão trazer novos entendimentos à compreensão da organização da sociedade atual com impactos e contribuições em normas legislativas ou recomendações atuais. Em paralelo serão produzidos contributos para a contextualização de normativos legais a serem publicados futuramente. Resultará daqui o desenvolvimento e aperfeiçoamento do quadro legal existente e uma intervenção pública mais assertiva e eficiente no futuro. Haverá igualmente ganhos de eficiência a nível da fiscalização.

6- MEMBROS DO CCDesert

- ✓ Município de Alcoutim
- ✓ DGADR - Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
- ✓ ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
- ✓ INIAV - Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária
- ✓ Águas de Portugal
- ✓ APA - Agência Portuguesa do Ambiente
- ✓ ACOS - Associação de Agricultores do Sul
- ✓ ADPM - Associação de Defesa do Património de Mértola
- ✓ Associação de Produtores Florestais das Cumeadas do Baixo Guadiana
- ✓ Associação In Loco
- ✓ ACOB - Associação Nacional de Criadores de Ovinos da Raça Churra Galega Bragançana
- ✓ Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana - ODIANA
- ✓ Associação para o Desenvolvimento do Nordeste Algarvio - ALCANCE
- ✓ Associação Terras do Baixo Guadiana
- ✓ Município de Mértola
- ✓ Centro para os Recursos Biológicos e Alimentos Mediterrânicos - MeditBio
- ✓ Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve - CCDR Algarve
- ✓ Comunidade Intermunicipal do Algarve - AMAL
- ✓ Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo
- ✓ Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve
- ✓ Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro
- ✓ Direção de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo
- ✓ Direção de Agricultura e Pescas do Norte
- ✓ Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S. A. – EDIA
- ✓ Federação Portuguesa de Caça - FENCAÇA
- ✓ Federação de caçadores do Algarve
- ✓ Instituto Politécnico de Bragança
- ✓ Liga para a Proteção da Natureza

- ✓ Minha Terra - Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local
- ✓ Rota do Guadiana
- ✓ Universidade do Algarve
- ✓ Universidade de Évora
- ✓ Faculdade de Ciências - Universidade de Lisboa
- ✓ Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa
- ✓ Comissão Vitivinícola Regional Alentejana
- ✓ AJAP - Associação de Jovens Agricultores de Portugal
- ✓ UNAC- União da Floresta Mediterrânica